

OBSERVA
OBSERVA
OBSERVA
OBSERVA
OBSERVA
OBSERVA

DESIGUALDADES
DESIGUALDADES

Boletim n. 1
(Fev/Mar/Abr. 2021)

Reitor

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFRN

Maria da Penha Casado Alves (Diretora)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial

Maria da Penha Casado Alves (Presidente)

Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Adriana Rosa Carvalho

Anna Cecília Queiroz de Medeiros

Cândida de Souza

Fabício Germano Alves

Francisco Dutra de Macedo Filho

Gilberto Corso

Grinaura Medeiros de Moraes

José Flávio Vidal Coutinho

Josenildo Soares Bezerra

Kamyla Álvares Pinto

Leandro Ibiapina Bevilaqua

Lucélio Dantas de Aquino

Luciene da Silva Santos

Marcelo da Silva Amorim

Marcelo de Sousa da Silva

Márcia Maria de Cruz Castro

Marta Maria de Araújo

Martin Pablo Cammarota

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Sibele Berenice Castella Pergher

Tercia Maria Souza de Moura Marques

Tiago de Quadros Maia Carvalho

Secretária de Educação a Distância

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Secretária Adjunta de Educação a Distância

Ione Rodrigues Diniz Moraes

Coordenadora de Produção de Materiais Didáticos

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo

Coordenadora de Revisão

Aline Pinho Dias Coordenador

Editorial

José Correia Torres Neto

Gestão do Fluxo de Revisão

Rosilene Paiva Conselho Técnico-Científico – SEDIS

Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo – SEDIS
(Presidente)

Aline de Pinho Dias – SEDIS

André Moraes Gurgel – CCSA

Antônio de Pádua dos Santos – CS

Célia Maria de Araújo – SEDIS

Eugênia Maria Dantas – CCHLA

Ione Rodrigues Diniz Moraes – SEDIS

Isabel Dillmann Nunes – IMD Ivan Max Freire de

Lacerda – EAJ Jefferson Fernandes Alves – SEDIS

José Querginaldo Bezerra – CCET

Catálogo da publicação na fonte
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Secretaria de Educação a Distância

Marcondes, Mariana Mazzini.

Observa Desigualdades Boletim [recurso eletrônico] / organizado por Mariana Mazzini Marcondes, Clara Carolina Cândido do Nascimento e Ana Raquel Cavalcante de Lima. – 1. ed. – Natal: SEDIS-UFRN, 2021.

2242KB; 1 PDF

ISBN nº 978-65-5569-142-9

1. Políticas Públicas. 2. Políticas Públicas – Desigualdades. 3. Políticas Públicas – Participação Social. I. Nascimento, Clara Carolina Cândido do. II. Lima, Ana Raquel Cavalcante de. III. Título.

CDU 32.37

M321o

Elaborada por Edineide da Silva Marques CRB-15/488.

Coordenação:

Mariana Mazzini Marcondes

Concepção, desenvolvimento e diagramação:

Clara Carolina Cândido do Nascimento e Ana Raquel Cavalcante de Lima

Autoras:


Mariana Mazzini Marcondes,
Clara Carolina Cândido do Nascimento,
Ana Raquel Cavalcante de Lima,
Viviane da Silva Cruz,
Nícia Raies Moreira de Souza,
Jaqueline Castilho Machuca.

Arte do Farol:

Jeferson Luís Pires Rocha

Agradecimentos:

Alseni Maria da Silva, André Luís Nogueira da Silva, Bruno Lazzarotti Diniz da Costa,
Jeferson Luís Pires Rocha, Jefferson Arruda, Maria Arlete Duarte de Araújo.



*Dedicamos esta primeira edição do
ObservaDesigualdades a Elizabeth
Nasser, que incansavelmente lutou pela
igualdade de gênero na UFRN, no Rio
Grande do Norte e no Brasil.*

sumário

ObservaDesigualdades

Editorial.....	07
Seção Palavra Solta: <i>Desigualdades em debate</i>	09
Seção <i>Monitorando as Desigualdades</i>	17
Seção <i>Farol</i>	31

PRIMEIRA

EDITORIAL

OBSERVATÓRIO *das*
DESIGUALDADES
DESIGUALDADES

SEÇÃO

editorial

quem somos

O **Observatório das Desigualdades** (DAPGS/PPGP/CCSA/UFRN) foi criado em 2020 como um projeto de extensão integrado a atividades de ensino e pesquisa. Nosso objetivo é produzir e difundir conhecimento para o enfrentamento às desigualdades, por meio de cursos, eventos, concursos, publicações e outras atividades. Assim, acreditamos que é possível utilizar a informação como uma aliada para promover mudanças sociais, construindo igualdade racial, de gênero/sexualidade, de classe e territorial, além da inclusão de pessoas com deficiência e das comunidades indígenas e quilombolas, dentre outros grupos historicamente marginalizados.

Dando mais um passo na concretização desse projeto, hoje trazemos para você a mais nova produção do Observatório: **a 1ª edição do boletim ObservaDesigualdades**, uma publicação trimestral. Nesta primeira edição especial de lançamento, nosso foco foi um balanço sobre as desigualdades de gênero, considerando que o mês de março é conhecido como o mês das mulheres. Isso porque dia 8 de março é o dia internacional de Luta pelo Direito das Mulheres. A luta dos movimentos feministas gerou conquistas que devemos comemorar, mas também precisamos lembrar que as desigualdades são persistentes e, por isso, a luta pelos direitos das mulheres continua. É preciso fortalecer as resistências feministas frente a todas as adversidades e violências que nos cercam todos os dias. Para isso, é preciso termos o conhecimento ao nosso lado nessas lutas cotidianas pela igualdade.

Este boletim é também uma homenagem do Observatório a **Elizabeth Nasser**, feminista potiguar, primeira presidenta do Conselho da Mulher do RN e professora da UFRN, que faleceu de covid-19 em dezembro de 2020. Elizabeth segue nos inspirando para construir a igualdade pela qual ela tanto lutou!

O **ObservaDesigualdades** é organizado em partes, para além deste editorial. Em **Palavra solta: desigualdades em debate**, compartilhamos reflexões sobre temas discutidos nos cursos e eventos do Observatório. Em **Monitorando as Desigualdades**, trazemos um panorama dos indicadores sociais sobre desigualdades, olhando para o Brasil, Nordeste e, sempre que possível, para o RN. Finalmente, em **Farol**, há informações sobre o que aconteceu e o que vai acontecer no Observatório, datas importantes e dicas culturais. Em todas elas, contamos com convidadas e convidados especiais para a coprodução de nosso conteúdo.

Boa leitura!



SEGUNDA

**PALAVRA SOLTA:
DESIGUALDADES
EM DEBATE**

SEÇÃO

PALAVRA SOLTA

desigualdades em debate

Nesta seção você encontra uma reflexão sobre um tema abordado nos cursos e eventos do Observatório das Desigualdades, sempre com convidadas e convidados especiais!

Nesta edição, recebemos a professora de Letras da UFRN, Jaqueline Castilho Machuca, para refletir sobre o evento realizado na semana do 8 de março pelo Observatório (Corpos em exposição: a imagem das mulheres na arte).



DAPGS | PPGP | CCSA | UFRN

Corpos em exposição:

O lugar da arte e da cultura nas desigualdades de gênero

Jaqueline Castilho Machuca (professora do LET/UFRN)

Mariana Mazzini Marcondes (professora do DAPGS/PPGP/UFRN e coordenadora do Observatório das Desigualdades-UFRN)

Clara Carolina Cândido do Nascimento (graduanda em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades-UFRN)

Um começo...

O Observatório das Desigualdades da UFRN realizou, dia 09 de março de 2021, o evento de extensão “Corpos em Exposição: a imagem das mulheres na arte”. A atividade contou com a participação da professora Jaqueline Castilho Machuca (LET/UFRN), da atriz Amanda Rodrigues Tinoco (Amanda Majuí), que também integra o Coletivo Leila Diniz e da artista visual Lila Gomes.

O debate foi realizado na semana do 08 de março, Dia Internacional de Luta pelo Direito das Mulheres. As reivindicações feministas por igualdade demandam uma revisão profunda dos direitos e das políticas públicas, mas também do imaginário social e das relações cotidianas. Isso envolve todas as esferas da vida (política, econômica, social, cultural, pública e privada) e todos os campos de conhecimento (Gestão Pública, Direito, Economia, Engenharia, Psicologia, Letras e Artes, dentre outras).

A reflexão sobre como se produzem e circulam as imagens das mulheres nas artes é fundamental para compreendermos, criticarmos e transformarmos o imaginário social.

Este texto foi elaborado para refletir sobre algumas das principais questões que surgiram no evento. Ao final dele, você encontra o link para acessar a live, que está disponível no youtube do Observatório das Desigualdades da UFRN.

Arte e cultura que produzem desigualdades

As **desigualdades** não são resultado do maior ou menor esforço individual, mas também não são obra de graça ou de castigo divino. As desigualdades foram e são construídas socialmente e integram uma longa história de poder e de dominação. Suas estruturas são as relações de classe, gênero/sexualidade, raça e etnia, dentre outras.

Quando falamos e pensamos sobre desigualdades, logo aparecem em nossas mentes números e cifras sobre remuneração, riqueza, desemprego... A dimensão econômica e sua expressão quantitativas são muito importantes. Mas há outras facetas das desigualdades que são igualmente relevantes, ainda que muitas vezes sejam invisíveis. As dimensões simbólicas, que envolvem representações, ideologias e discursos, são centrais para reproduzir desigualdades, mesmo sendo difícil de traduzi-las em números.

É por meio das ideologias, que se materializam nos discursos, que as relações de dominação são estabelecidas e legitimadas. Isso pode parecer um pouco abstrato, então, alguns exemplos ajudam. Você já ouviu alguma dessas expressões: “homem não chora?”, “toda mulher nasceu pra ser mãe” **“isso é coisa de mulherzinha”, “ela conseguiu isso porque deve estar dando pra ele”, “isso é coisa de viado”, tudo bem ser lésbica, mas não precisa se vestir igual a homem”, “ali estava o samba do crioulo doido”, “fulana tem um pé na cozinha”, “fulano tem cabelo ruim”.**

Essas frases são exemplos de como, cotidianamente, discursos e ideologias operam para oprimir. De acordo com elas, homens são fortes, masculinos e heterossexuais, mulheres são frágeis e servem para ter crianças. Pessoas brancas são superiores e mais bonitas e pessoas negras são feias, servis e arruaceiras. Esses mecanismos fazem parte da cultura e permeiam diversas expressões artísticas, como literatura, dança, teatro, cinema, fotografia, pintura, escultura, dentre outras. Essas expressões artísticas são fundamentais para que esses discursos e ideologias funcionem dessa forma.

Para discutir isso, podemos pensar no caso do corpo feminino, que é atravessado pelas desigualdades de gênero, classe e raça. Um exemplo na literatura brasileira é o romance *O cortiço*, publicado em 1890 por Aluísio de Azevedo. Na obra, o retrato da personagem Rita Baiana é representativo de um imaginário repleto de estereótipos sobre o corpo feminino negro: hiper sensualizada, a personagem é vista como atrevida e irresistível. Descrita como “demônio”, “cobra amaldiçoada”, “primitiva”, “feita toda de pecado”, Rita é culpabilizada por seduzir os homens: o estar no mundo da personagem representa uma provocação.

Tal qual Rita Baiana, a descrição proposta para Gabriela, protagonista do romance de Jorge Amado *Gabriela, cravo e canela*, de 1958, acena para a sensualidade: as formas e o cheiro da personagem enlouquecem os homens que, passivos, parecem não ter escolha no enredamento dessa mulher “jamais saciada”. É interessante perceber que o lugar ocupado por essas mulheres nas duas obras é o de ser objeto de deleite, satisfazendo os desejos dos homens.

O que esses exemplos nos mostram é que o corpo feminino é construído como pertencente a todos (do marido, da família, do patrão), menos às mulheres. Elas (nós) são (somos) despojadas do controle dos próprios corpos, o que inclui o exercício da sexualidade e da reprodução. O corpo feminino ou é diabólico e leva ao pecado (Eva), ou é santo e leva ao cuidado abnegado da santa mãezinha (Maria), como discute **Mary del Priore.**

Mas os corpos femininos não são todos iguais. Eles são atravessados (ou interseccionados) pelas relações de classe, gênero/sexualidade, raça e etnia. Autoras como **Lélia Gonzalez**, **Sueli Carneiro** e **Beatriz Nascimento** nos ajudam a entender porque segue atual o velho ditado “**branca pra casar, mulata pra f... e preta pra trabalhar**”, que era identificado por Gilberto Freyre no Brasil Colonial. Os corpos das mulheres brancas são reconhecidos como o padrão estético hegemônico, e são associados à constituição da “boa” família heterossexual. Já os corpos das mulheres pretas são submetidos a trabalhos precários e mal remunerados, mas que garantem condições para a sustentabilidade da vida humana em países como o Brasil, a exemplo do trabalho doméstico remunerado.

Além disso, o corpo das ditas “mulatas” é hipersexualizado e comercializado no país do carnaval, desde que seja utilizado para alimentar o desejo masculino e o mercado pornográfico, e não para a sua própria expressão erótica. E é dessa forma que os corpos femininos estão em exposição, no Brasil, na literatura, no teatro, no cinema e na fotografia.

A relação das artes e da cultura com as desigualdades também pode ser vista por uma outra lente; a do trabalho. Embora muitas vezes o fazer artístico seja visto como um hobby ou a expressão de uma inspiração, o setor cultural é muito importante para a economia brasileira. **Segundo o IBGE**, o setor cultural empregava, em 2018, quase 6% das trabalhadoras brasileiras e dos trabalhadores brasileiros (e mais da metade das pessoas que trabalhavam no setor eram mulheres). Embora tenha havido um aumento das pessoas negras no setor, as brancas ainda predominavam (52,6%).

O setor da cultura é de alta escolarização (27% do setor; no total da população ocupada é de 20%), mas há uma crescente informalidade (45,2% do total). A região Nordeste é a que tem o maior número de pessoas que trabalham na cultura sem carteira ou por conta própria (ou seja, na informalidade).

Para olhar para esses dados através das lentes de gênero é importante considerar os efeitos da divisão sexual do trabalho sobre a vida das mulheres artistas. O que significa para uma atriz engravidar, ter filhos e ter limitações de horário para ensaios e presença no palco, por exemplo? Isso sem contar na discriminação que as mulheres sofrem no setor, especialmente para ocupar espaços de poder e decisão, como a direção de um espetáculo. Até aqui vimos como a arte e a cultura contribuem com as desigualdades, enfocando os corpos femininos em exposição. Mas essa é só uma parte da história. É possível, ainda, contá-la de outra forma.

Arte e cultura que produzem igualdades

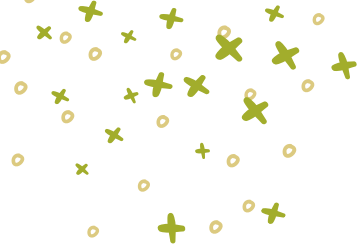
Se as desigualdades não são fruto do mérito individual, ou ocorrem por graça/castigo divino, elas são produzidas pela sociedade, ao longo de sua História. Isso significa que é possível transformá-la.

Além disso, se é verdade que as ideologias e os discursos contribuem para estabelecer e legitimar relações de poder e de dominação, também é possível utilizá-los para desafiar e transformar essas relações de poder. Nesse sentido, a arte e a cultura são centrais para construir essas novas imagens, simbologias e representações, que contribuam para a transformação social, produzindo igualdades.

Recuperar o trabalho artístico das mulheres e reconhecer a ele importância é algo fundamental. Um exemplo é **Carolina Maria de Jesus**, que nasceu em 14 de março de 1914 (mesmo dia do mês em que Marielle Franco e seu motorista, Anderson, foram brutalmente assassinados, em 2018). Seu Quarto de Despejo foi, em um primeiro ato, aclamado como exótica, por ser obra da “escritora favelada”. Em um segundo ato, suas obras foram esquecidas da lista das grandes escritoras brasileiras. Mas, pela resistência de mulheres negras e homens negros, um terceiro ato vem sendo escrito desde então: o de reconhecimento de Carolina Maria de Jesus como uma grande escritora brasileira. Seja por meio do carnaval, no qual **Ilú Oba de Min** levou Carolina para seu cortejo em São Paulo, ou por podcasts que recuperam a memória de Carolina, como o **“Vidas Negras”**, de Tiago Rogero.

É fundamental, ainda, valorizar o trabalho das mulheres nas diferentes expressões artísticas, ampliando as oportunidades para que elas tenham protagonismo na produção e distribuição de arte.

As narrativas construídas, por sua vez, contribuem com um processo de construir igualdades à medida que se comprometam com ela, em sentido crítico e propositivo. No caso do corpo das mulheres e na forma que ele se expressa, um caminho pode ser de seguir o sugerido por Sheyla Smanioto (2020):

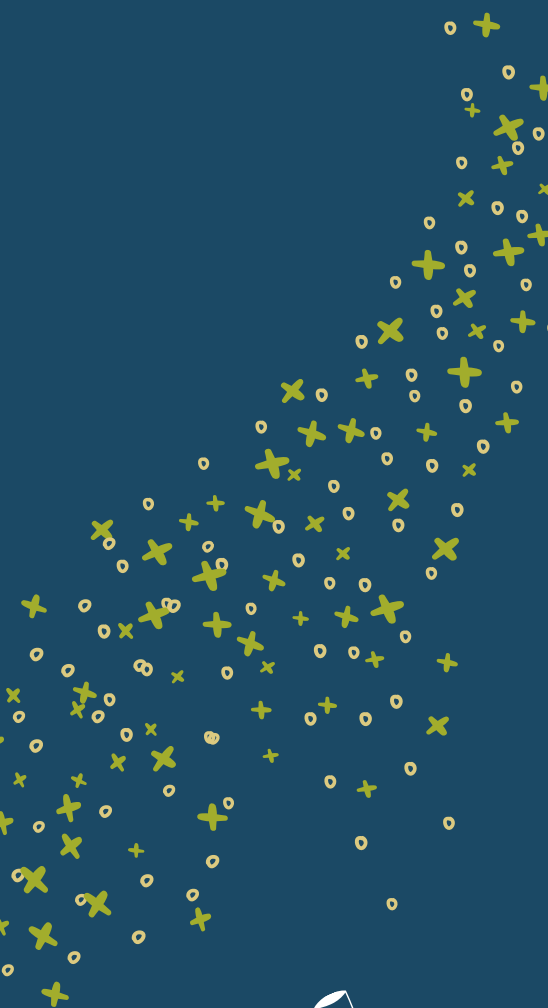


*Junte os pedaços do seu corpo,
tire-os da boca de outros bichos,
recolha o que você mesma jogou ao
chão,
(aprenda a reconhecer seu próprio
corpo, enquanto o recolhe).
Costure suas partes entoando para
o seu corpo essa história,
que foi escrita com uma mulher
tentando
se costurar e por isso
é poesia, é manifesto, é feitiço.*

(SMANIOTO, Sheyla. Meu corpo ainda quente. São Paulo: Editora Nós, 2020.)



FEITIÇO PARA TOMAR SEU CORPO PARA SI



Quer saber mais? Visite o Observatório das Desigualdades da UFRN

Evento. Corpos em Exposição: a imagem das mulheres nas artes. [Link](#)

Glossário das Desigualdades do Observatório das Desigualdades da UFRN. [Link/Link](#)

Relatório Anual do Observatório das desigualdades 2020 da UFRN. [Link](#)

Também separamos alguns materiais para você aprofundar suas reflexões!!

Sobre corpo e gênero, leia o livro de Mary Del Priori “Ao sul do corpo”. [Link](#)

Sobre as intersecções de gênero, raça e classe, leia o texto de Lélia Gonzalez “Racismo e Sexismo na cultura brasileira”. [Link](#)

Você também pode se interessar pelo texto de Sueli Carneiro. “Enegrecer o Feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. [Link](#)

O texto de Beatriz Nascimento (“A mulher negra e o amor”) também é fundamental. [Link](#)

- Ainda sobre afetos e solidão para as mulheres negras, leia a tese de Ana Cláudia Lemo Pacheco. [Link](#)

Sobre os dados sobre o setor cultural, visite o site do IBGE: [Link](#)

Sobre 18 expressões racistas que você usa sem saber, leia o Portal Geledés: [Link](#)

Sobre Carolina Maria de Jesus, Abdias Nascimento e a morte de Mariele, leia o texto de Raquel Barreto. [Link](#)

Para conhecer mais sobre a exposição organizada pelo Ilú Obá de Min “Carolina em Nós”, leia. [Link](#)

Para conhecer essas e outras histórias, escute o podcast “Vidas Negras”, de Tiago Rogero. [Link](#)

MONITORANDO AS DESIGUALDADES

MONITORANDO AS DESIGUALDADES

Nesta seção você encontra um panorama das desigualdades com base em indicadores sociais, enfocando o Brasil, o Nordeste e, sempre que possível, o Rio Grande do Norte.

Nesta edição, recebemos **Viviane da Silva Cruz**, analista sócio-econômica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/RN, e **Nícia Raies Moreira de Souza**, pesquisadora e professora de Administração Pública da Fundação João Pinheiro (FJP)/MG.



DAPGS | PPGP | CCSA | UFRN

Mulheres brasileiras e nordestinas: um breve retrato de desigualdades

Viviane da Silva Cruz (IBGE/RN)

Nícia Raies Moreira de Souza (FJP/MG)

Mariana Mazzini Marcondes (DAPGS/PPGP/UFRN e coordenadora do Observatório das Desigualdades-UFRN)

Ana Raquel Cavalcante de Lima (graduanda em Administração pela UFRN e integrante do Observatório das Desigualdades-UFRN)

Introdução (ou começando a contar uma história)

Os indicadores sociais são importantes para contar histórias que experimentamos cotidianamente. Por isso, eles são instrumentos fundamentais para entendermos e enfrentarmos as desigualdades. Os dados que “captamos” com os indicadores nos permitem falar das pessoas e de como elas vivem as desigualdades. Trabalho, educação, saúde, poder... são todas dimensões da vida concreta das pessoas, e que são permeadas por desigualdades. Essas dimensões são representadas por meio de indicadores, a exemplo da taxa de ocupação no mercado de trabalho, frequência escolar, dentre outros.

Se falar sobre desigualdades é falar sobre pessoas, precisamos lembrar que não somos todas e todos iguais. Os indicadores também nos permitem colocar lentes para recortar os dados segundo sexo, raça/cor, idade, rendimentos, dentre outras (desagregação dos dados). Mas as desigualdades não são atemporais e nem flutuam no ar. Elas acontecem no tempo e no espaço. E os indicadores são aliados nessa contextualização, porque eles permitem demonstrar como as desigualdades variam ao longo dos anos (série histórica), além de mostrar como elas ocorrem nos territórios (recorte ou desagregação temporal, a exemplo, no Brasil, das regiões, estados ou municípios). Finalmente, os indicadores nos permitem “contar” não apenas uma história, mas contar em números, dizendo **“quanta” desigualdade** (mensuração quantitativa).

Se os indicadores são instrumentos estratégicos para conhecermos as histórias de desigualdades, eles são também necessários para enfrentá-las. Isso porque eles auxiliam na identificação e comparação de situações de vulnerabilidade, acompanhamento de evolução e tendência e avaliação de impacto de programas e políticas específicas, inclusive para medir os avanços alcançados.

É nesse contexto que, na seção monitorando as desigualdades, nosso propósito é contar histórias sobre desigualdades, lançando mão, para isso, de indicadores sociais. Neste boletim, nosso enfoque é nas mulheres brasileiras e nordestinas. Nosso breve retrato de desigualdades enfoca, portanto, Brasil e Nordeste (em alguns casos, trazemos dados do Rio Grande do Norte). Muitas são as dimensões de desigualdades de gênero que, articuladas com raça, etnia e classe (dentre outras), resultam nas desigualdades que as mulheres vivenciam. Nosso foco aqui é em duas delas: educação e trabalho.

Família, escola e mercado de trabalho são eixos de produção e reprodução das desigualdades de gênero. Os estereótipos (concepções prévias) das habilidades e capacidades de mulheres e homens são produzidos e retroalimentados em cada um desses eixos, que, apesar de autônomos, são articulados. Em nosso breve relato, nos ancoramos em bases robustas. Isso porque partimos, principalmente, da “2ª edição das Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil”, lançada em 04 de março de 2021, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que abrange um Conjunto Mínimo de indicadores de Gênero (CMIG). E complementamos essa publicação com os boletins e textos produzidos pelo Observatório das Desigualdades da FJP/MG.

Retrato das desigualdades: educação

As mulheres são mais escolarizadas do que os homens e essa diferença é observada em todos os níveis de ensino, a partir dos anos finais do fundamental. A tabela a seguir nos permite conhecer melhor essa realidade. Isso porque ele apresenta a “taxa ajustada de frequência líquida”, que é o indicador que capta a proporção de crianças e adolescentes que estão cursando a etapa do ensino que é a adequada para sua faixa etária.

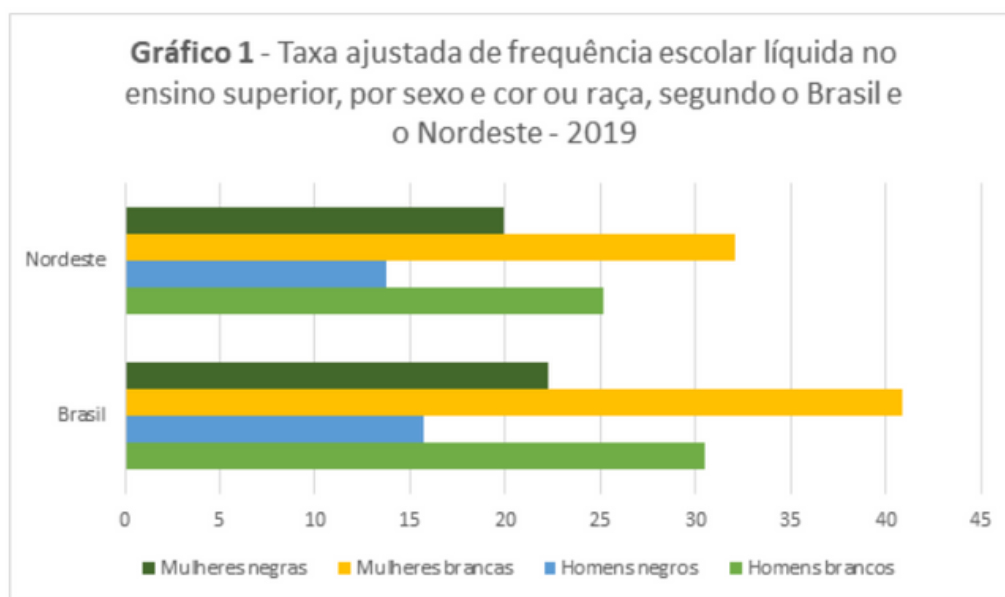
Tabela 1 - Taxa ajustada de frequência escolar líquida nos níveis de ensino fundamental, médio e superior, por sexo, segundo Brasil e Grandes Regiões - 2019

Grandes Regiões	Anos iniciais do ensino fundamental		Anos finais do ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Brasil	95,8	95,8	85,8	89,3	66,7	76,4	21,5	29,7
Nordeste	95,7	96,0	81,5	87,2	57,0	70,3	16,3	22,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019, segundo trimestre

Nos anos iniciais do ensino fundamental (crianças de seis a 10 anos) o acesso à escola era basicamente o mesmo para meninos e meninas. No entanto, a partir dos anos finais dessa etapa (11 a 14 anos de idade) as diferenças iam se ampliando, chegando a 9,7% no ensino médio (que, em geral, abrange adolescentes de 15 a 18 anos de idade). No Nordeste, essa diferença era ainda maior: 13,3%.

O acesso ao ensino superior também é maior entre as mulheres brasileiras (21,5%) e nordestinas (29,5%), do que entre os homens brasileiros (16,3%) e nordestinos (22,7%). Há, contudo, diferenças importantes entre as mulheres, que é o que revela o gráfico a seguir.

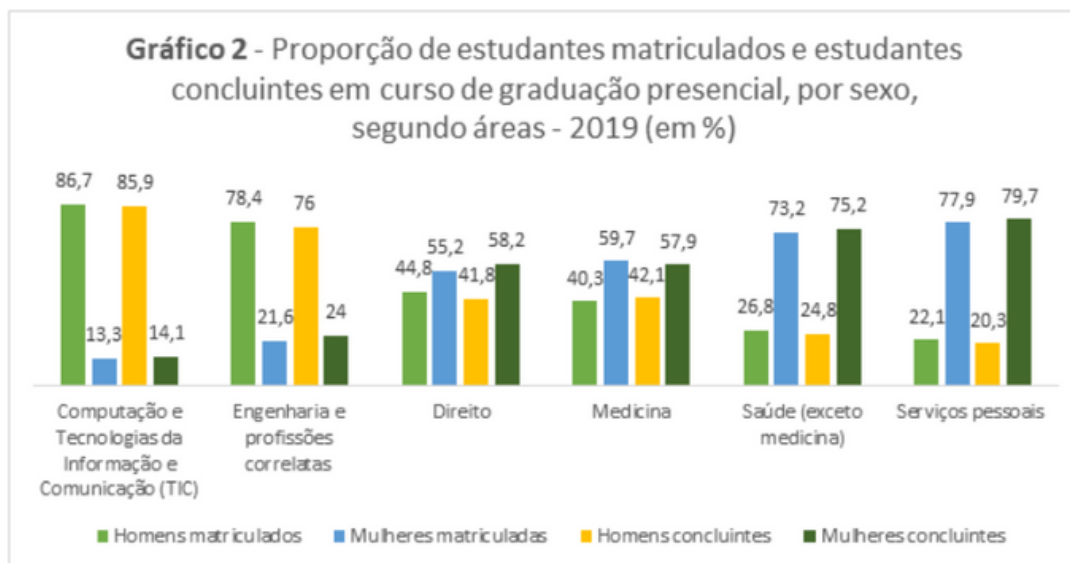


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019, segundo trimestre.

Em 2019, o acesso das mulheres negras (pretas e pardas) ao ensino superior era quase a metade do acesso das mulheres brancas. Se olharmos para os dados do Nordeste, observamos que o acesso das mulheres negras estava abaixo da média nacional (19,9% no NE e 22,3% no Brasil). O resultado do Nordeste para esse indicador era o pior dentre todas as regiões.

Além das desigualdades entre as mulheres, os dados em relação ao ensino superior nos permite identificar mais um aspecto das desigualdades que marca a vida das mulheres no Brasil. É o que se pode chamar de divisão sexual do conhecimento. Isso significa que as mulheres tendem a se concentrar em áreas do conhecimento que são reconhecidas socialmente como femininas, geralmente associadas ao cuidado.

Já os homens estão especialmente presentes nas ditas ciências duras, como a Ciências Exatas, Tecnologias e Engenharias. Para entendermos melhor a questão, podemos observar o gráfico a seguir.



Fonte: MEC/Inep. Microdados do Censo do Ensino Superior 2019

Os homens representam mais de 80% dos matriculados e concluintes nas áreas de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), Serviços de segurança e Serviços de transporte. Já as mulheres predominam com mais de 70% das matrículas e concluintes nas áreas da Saúde (exceto medicina), Serviços pessoais e Bem-estar. Ou seja, nas áreas ligadas ao cuidado. É interessante notar, contudo, que em algumas áreas tradicionais, as mulheres também são maioria, a exemplo de Direito (58,2%) e Medicina (57,9%), havendo um maior equilíbrio entre os dois grupos.

O maior nível de escolarização das mulheres não se traduz em igualdade no mercado de trabalho. Em partes, pelo que já vimos anteriormente: as mulheres estão mais concentradas em áreas do conhecimento diferente da dos homens, e que são, muitas vezes, menos valorizadas. Mas há também fatores que são específicos do mundo do trabalho, que discutimos a seguir.

Retrato das desigualdades: trabalho

Um indicador que nos ajuda a entender essa afirmação é o de “taxa de participação”. Por meio dele, é possível medir a parcela da população em idade de trabalhar que está disponível para trabalhar (já trabalhando ou procurando emprego).

Em 2019, a taxa de participação masculina na força de trabalho era de 73,7% enquanto as mulheres representavam 54,5%. Ou seja, apenas 1/4 do total de pessoas do sexo masculino (15 anos ou mais) não integrava a força de trabalho. No caso das mulheres, metade estavam fora. Em resumo: as mulheres estavam menos no mercado de trabalho do que os homens.

Mas é necessário não apenas pensarmos em quantidade, mas em qualidade da relação de trabalho. A precarização do trabalho se relaciona com o risco e a incerteza, considerando determinadas formas de inserção no mercado de trabalho. O trabalho desregulamentado, com mão de obra barata e marcada pela informalidade, tem absorvido parte significativa da força de trabalho feminina. Embora, como visto anteriormente, as mulheres tenham maior nível de instrução do que os homens, elas ainda têm maior probabilidade de ficarem desempregadas, de estarem em trabalhos de tempo parcial, em empresas de terceirização e de ocuparem posições secundárias e periféricas.

Neste sentido, dois pontos relacionados à inserção das mulheres no mercado de trabalho assumem especial destaque: a relação trabalhista e o desemprego.

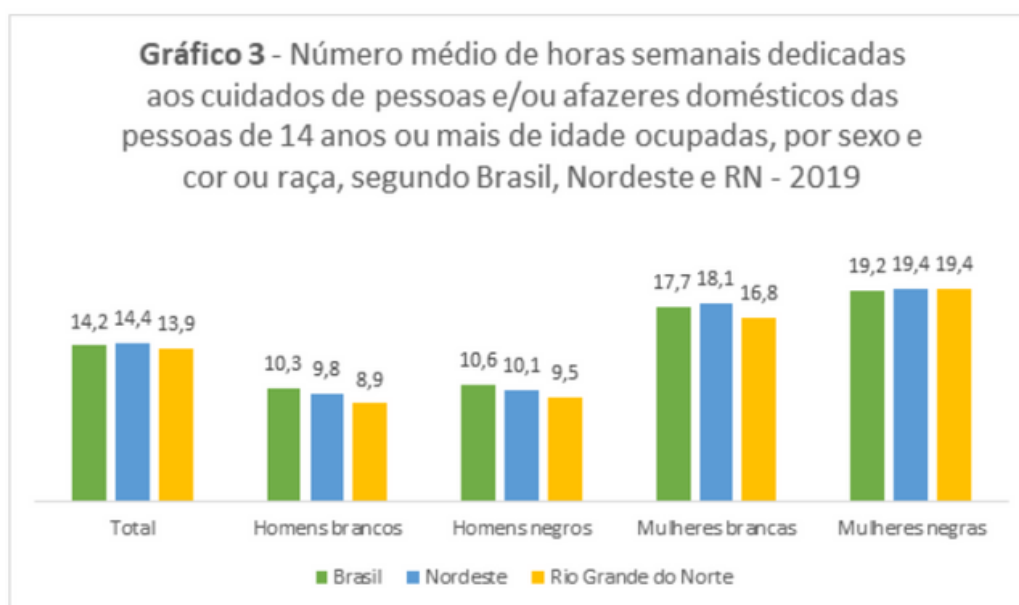
A relação trabalhista diz respeito a ter uma ocupação mas não ter registro, ou seja, estar na informalidade. Significa não ter acesso a serviços da seguridade social e, portanto, não contar tempo para a aposentadoria. Significa, ainda, não ter acesso aos auxílios (ex. auxílio-doença e licença maternidade), além de não ter garantia de receber salário mínimo e benefícios previstos em lei (ex. férias e 13º salário).

Já o desemprego traz uma realidade que vai além dos aspectos financeiros e acesso aos benefícios e auxílios, incorporando elementos de cunho emocional. Uma questão importante sobre o tema é o que se chama de desemprego por desalento. Nesse caso, a pessoa poderia estar procurando um emprego, mas deixa de fazê-lo por achar que não tem qualificação necessária, que são jovens ou idosas demais, não visualizam postos de trabalho em sua região de moradia, dentre outros motivos. Essa situação afasta a pessoa do mercado de trabalho e eleva sua situação de vulnerabilidade econômica, mas também emocional (ex. desânimo, sofrimento diante de expectativas não correspondidas, preconceito). Para se ter uma **ideia**, no 4º trimestre de 2020 o percentual de pessoas desalentadas na população de 14 anos ou mais de idade na força de trabalho potencial no Rio Grande do Norte era 70,3%, o que era superior ao identificado no Nordeste (62,6%) e no Brasil (51,2%).

A vivência das mulheres é, em partes, explicada por fatores discriminatórios, que limitam não apenas o acesso, mas também a permanência e a ascensão das mulheres no mercado de trabalho. Dentre os fatores de discriminação podem estar os estereótipos de gênero (ex: não contratar uma mulher para uma posição de chefia por achar que ela não é “firme” como um homem), e, ainda, os preconceitos com o exercício da maternidade (ex. não contratar uma mulher por pensar que, se ela engravidar, isso vai gerar um custo e um acúmulo de trabalho em uma empresa).

Para entendermos essa realidade, é necessário introduzirmos o conceito da **divisão sexual do trabalho**, articulada com as desigualdades de raça e classe. A divisão sexual do trabalho não apenas “separa” os conhecimentos e os trabalhos como femininos e masculinos, mas também define quais valem mais ou menos. Nessa lógica, as mulheres são responsabilizadas pelos **cuidados e trabalho doméstico**, que, se não são remunerados, nem sequer são considerados como trabalhos em algumas estatísticas (ex. o trabalho realizado em casa de lavar e passar por uma mãe não entra na contagem do Produto Interno Bruto - PIB). Mas isso não significa que não seja um **trabalho** importante para a sobrevivência das pessoas, que demanda tempo e energia, e que sobrecarrega as mulheres.

Podemos entender essa questão analisando os dados de horas dedicadas a cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, a partir do gráfico a seguir.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019.

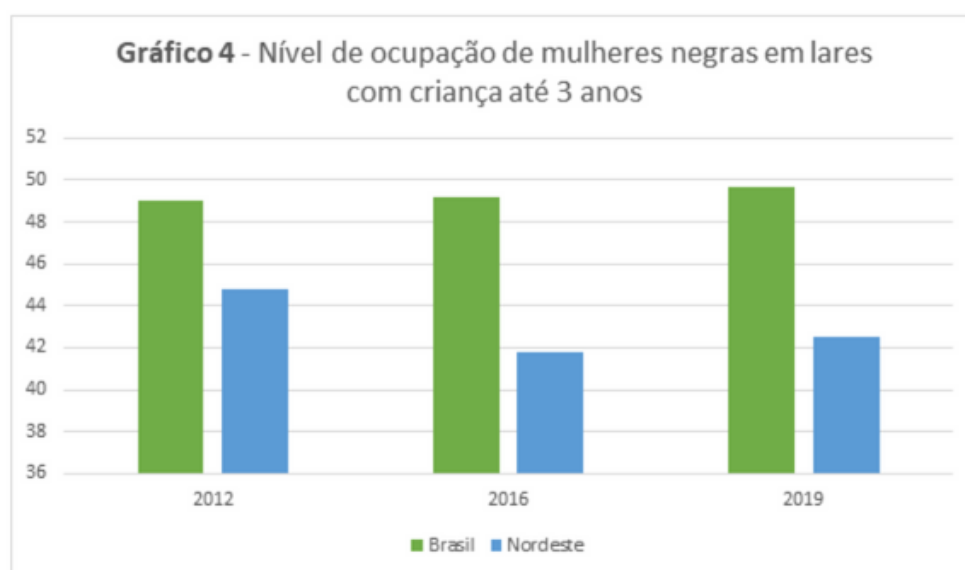
Em 2019, no Brasil, pessoas de 14 anos ou mais de idade gastavam cerca de 14,2 horas semanais em afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas (a variação era pequena para Nordeste e Rio Grande do Norte).

No entanto, as diferenças entre mulheres e homens eram expressivas, e aumentavam se considerarmos também o fator raça/cor. Enquanto os homens brancos gastavam 10,3 horas semanais (chegando a 8,9 no RN), as mulheres negras dedicavam cerca de 19 horas por semana nesse trabalho, em média. Além disso, no Nordeste, as mulheres brancas tendiam a trabalhar 1 hora a menos que mulheres negras, enquanto no RN as mulheres brancas trabalhavam cerca de 2,5h a menos que mulheres negras.

Você já parou para pensar o que significam dez horas em uma semana? O que você poderia fazer se tivesse mais ou menos dez horas em uma semana no seu tempo?

Outro indicador que nos auxilia a entender a divisão sexual do trabalho é o de nível de ocupação de mulheres e homens, considerando a presença de crianças de até **3 anos de idade no domicílio**. Nível de ocupação significa a proporção de pessoas com trabalhos remunerados, em relação ao total daquelas com idade de trabalhar. Se recortarmos a faixa etária de 25 a 49 anos, percebemos que o nível de ocupação das mulheres era de 64,8% contra 84,5% dos homens. Mas, se, para esse mesmo grupo de idade, olharmos só para aqueles domicílios em que tem uma criança de até 3 anos, os dados se transformam. O nível de ocupação das mulheres passa para 54,6% contra 89,2% dos homens. Ou seja, enquanto para os homens há um aumento de ocupados, para as mulheres há uma queda.

Mais uma vez, é importante considerarmos as diferenças entre as mulheres. Isso porque a presença da criança pequena tem efeitos diferentes sobre o nível de ocupação delas. O resultado é: 62,6% das mulheres brancas e 49,7% das mulheres negras. É fundamental, ainda, olharmos para as desigualdades regionais. O gráfico a seguir nos permite comparar a realidade das mulheres negras (pretas e pardas) no Brasil e no Nordeste.

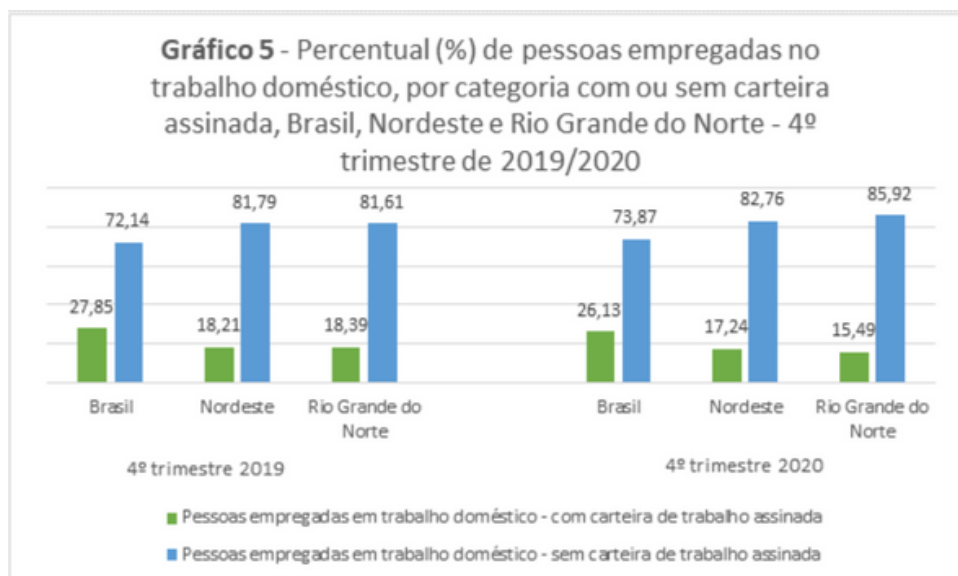


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019, segundo trimestre

O Nordeste é a região do Brasil que apresenta o pior nível de ocupação das mulheres com crianças de até 3 anos no domicílio (44,4%), sendo de 51,4% para as mulheres brancas e 42,5% para as mulheres negras.

Para entendermos o porquê das desigualdades de raça e classe envolvendo o trabalho doméstico é importante entendermos que há, no Brasil e no Nordeste, uma ausência de políticas públicas que combine serviços, direitos e garantia de direitos de quem cuida (de forma remunerada e não remunerada). Há, ainda, uma baixa responsabilização dos homens por essas atividades, que são vistas como “coisa de mulher”, e não como trabalhos importantes para a reprodução social da vida. Dessa forma, são as mulheres que se tornam responsáveis por “se virar” com esses trabalhos.

As mulheres mais ricas ou de classe média, majoritariamente brancas, possuem mais acesso aos meios para **delegar** esse trabalho, por meio da contratação de serviços privados (a exemplo de creches), ou por meio de contratação das **trabalhadoras domésticas**. Essa categoria, composta majoritariamente de mulheres negras e empobrecidas, é que fica no beco sem saída da prática da delegação. Vejamos o que os indicadores nos permitem conhecer sobre a realidade dessa categoria profissional. O gráfico a seguir apresenta dados da informalidade da categoria do trabalho doméstico.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral 2020

Em 2019 havia cerca de 1,5 milhões de pessoas inseridas no trabalho doméstico no Nordeste (14 anos ou mais). Desse total, 87 mil encontravam-se no Rio Grande do Norte. As **trabalhadoras domésticas** eram majoritariamente mulheres (92,4%) e negras (66%), trabalhavam sem carteira assinada (72%) e recebiam, na média, menos que o salário mínimo.

Em todo o país, trata-se de uma categoria marcada pela informalidade. No entanto, o Nordeste e o Rio Grande do Norte estão acima da média nacional. Importante observar que em 2020 houve uma piora para esse indicador para as três realidades consideradas (Brasil, NE e RN).

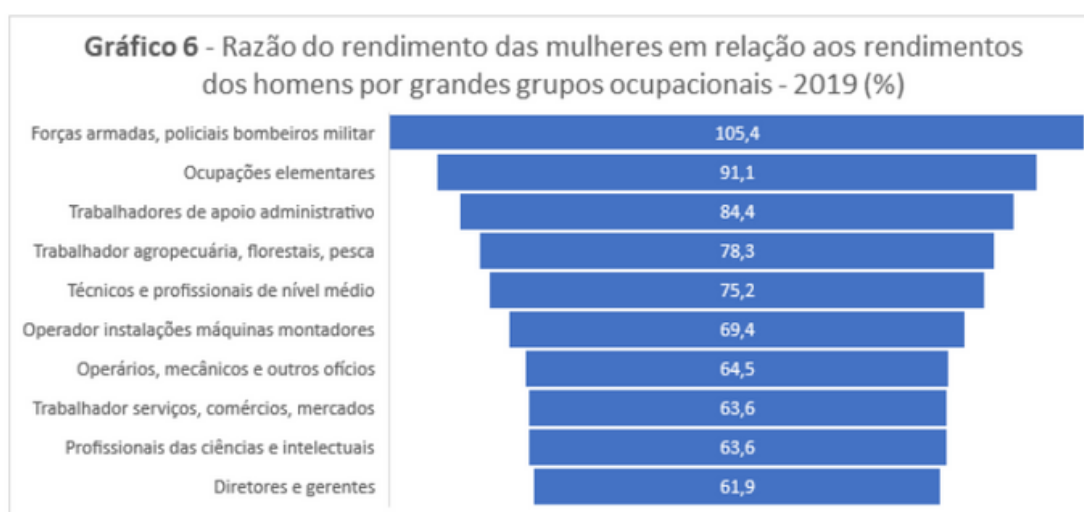
A divisão sexual do trabalho também molda as trajetórias profissionais (de forma semelhante ao que vimos na divisão sexual do conhecimento). Há muitas autoras feministas, como **Silvia Yannoulas**, que aponta para a dinâmica da segregação horizontal e vertical, que são duas formas de vermos como a divisão sexual do trabalho e a discriminação operam. Enquanto a primeira indica a concentração de mulheres (ou homens) em determinados tipos de trabalho, a segunda mostra as diferenças dos dois grupos em posições hierárquicas, de renda ou qualificação distintas.

Alguns exemplos sobre desigualdades de gênero no setor público, extraídos do **Boletim do Observatório das desigualdades da Fundação João Pinheiro** ajudam a ilustrar o argumento. Podemos olhar, primeiramente, para a segregação horizontal. No nível federal, por exemplo, em 2014, as mulheres eram minoria dos Ministérios da Justiça; Ciência, Tecnologia e Inovação; Fazenda; e Planejamento, Orçamento e Gestão. Ou seja, nas áreas centrais de coordenação e gestão política e econômica. Mas eram a maioria dos Ministérios da Saúde; Previdência Social; e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que abrangiam muitas carreiras relacionadas ao cuidado.

É possível olhar para esses dados para também ilustrar a segregação vertical. Isso porque os cargos mais altos da hierarquia da administração pública federal eram ocupados por homens - $\frac{2}{3}$ dos cargos de Direção e Assessoramento Superior 6 e 7, nível mais alto do governo - especialmente brancos.

Outro exemplo vem da área educacional. Ainda que as mulheres sejam a maioria no curso de pedagogia e a profissão de ensino seja notavelmente “feminizada”, quando observamos os dados de docentes de ensino superior percebemos que a presença delas diminui, em comparação à educação básica. Em 2003, elas eram 43,2% do total de docentes em ensino superior, enquanto que em 2019 elas chegavam a 46,8% (Brasil, 2019). Há um aumento da presença feminina, mas ele é lento: 3,6% em uma década e meia. E, embora o Nordeste seja a região com melhores resultados (49,3%), o Rio Grande do Norte ocupa a última posição entre os estados nordestinos (46,2%).

Como um dos resultados de todos esses fatores, as mulheres ganham menos do que os homens. O que podemos observar a partir do gráfico a seguir.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2019, segundo trimestre

As diferenças de rendimentos são observadas em diferentes ocupações. As mulheres possuem rendimento médio inferior aos recebidos pelos homens em 90% dos grupos elencados no gráfico. Somente na carreira militar as mulheres recebem mais que os homens. Interessante notar que é nas ocupações de diretoria e gerência que ocorre a maior diferença. As mulheres que ocupam essas funções recebem 61,9% da remuneração dos homens. Ou seja, elas recebem menos que $\frac{2}{3}$ da remuneração deles.

Breves conclusões de um retrato de desigualdades...

É importante lembrarmos que essa história que os indicadores selecionados permitem contar tornou-se ainda mais dramática durante a pandemia de covid-19. As necessárias medidas de contenção da pandemia afetaram duramente o mercado de trabalho, atingindo especialmente os grupos mais vulneráveis. No caso das mulheres, os segmentos do mercado de trabalho onde estão mais representadas, como os serviços domésticos remunerados, os serviços de alimentação, de alojamento e de educação foram os mais atingidos. Ao que tudo indica, parte desse impacto não ocorrerá apenas agora, mas terá efeitos futuros, já que alguns desses setores têm se reorganizado, por meio da adoção de novas tecnologias e formas de organização do trabalho poupadoras de mão de obra.

Além disso, a sobrecarga das mulheres com os trabalhos domésticos e de cuidado também se agravou, por conta da combinação do “fica em casa” ser a única medida eficaz contra a pandemia (além da vacinação) com o fechamento dos serviços públicos e privados. Para quem pode trabalhar em casa, por meio do uso de tecnologia, o desafio é articular reuniões, relatórios e aulas com crianças e outras pessoas que habitam o domicílio e demandam cuidados. A realidade das pessoas mais vulneráveis no Brasil, contudo, é ainda mais difícil, tanto pelas condições dos domicílios (acesso à água e esgoto; número de pessoas que moram na mesma casa), quanto pelo desemprego e a necessidade de sair de casa todo dia para buscar os meios de sobrevivência, em uma realidade de crise econômica e aumento de preços de alimentos.

A realidade das mulheres brasileiras e nordestinas têm sido marcadas por desigualdades. Mas é possível mudar o curso dessa história. Se mudarmos a realidade, podemos mudar os dados e, assim, os indicadores terão melhores notícias para nos contar nos próximos anos.

¹O CMIG norteia a organização dos indicadores dos informativos de estatísticas de gênero elaborados pelo IBGE e sua organização é inspirada na Plataforma de Ação de Pequim de 1995, envolvendo cinco dimensões: a) estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; b) educação; c) saúde e serviços relacionados; d) vida pública e tomada de decisão; e) direitos humanos das mulheres e meninas. Os dados utilizados combinam as fontes do IBGE com aqueles provenientes do Ministério da Saúde (Datusus), Presidência da República, Congresso Nacional, Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

²Considerando profissionais em exercício ou afastadas.

Referências

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Cadernos de pesquisa, n. 110, p. 67-104, 2000. [Link](#).

COSTA, Bruno Lazarotti. **Desigualdade**. Glossário das Desigualdades. Observatórios das Desigualdades. 2020. [Link](#).

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007. [Link](#)

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2.ed. 2021

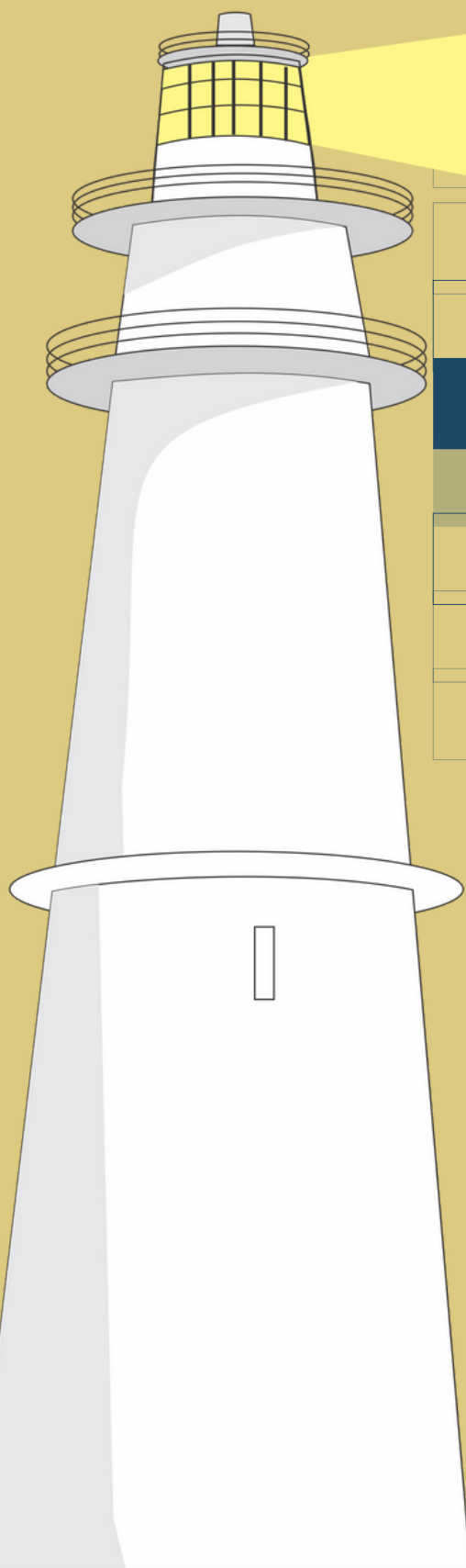
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Divulgação Trimestral - 4º trimestre 2020**. Extraído do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).

MARCONDES, Mariana Mazzini; SILVA, Marina. **Uma história sobre o trabalho e as desigualdades: conhecendo para mudar**. Observatório das desigualdades, Fundação João Pinheiro. p. Online, 8 mar. 2021. [Link](#)

MYRRHA, Luana Junqueira Dias; JESUS, Jordana Cristina; MARCONDES, Mariana Mazzini. **Essencial, mas marginal: o trabalho doméstico remunerado antes e durante a pandemia**. Estadão, [S. l.], 24 ago. 2020. Política, p. Online. [Link](#)

SOUZA, Leticia Godinho; LIMA, Luísa Filizzola Costa. **As desigualdades de gênero no serviço público**. Observatório das desigualdades, Fundação João Pinheiro., [S. l.], p. Online, 12 mar. 2021. [Link](#)

YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013. 304 p. [Link](#)



FAROL
FAROL
FAROL
FAROL
FAROL

Autor: Jeferson Luís Pires Rocha.

As ilustrações representam o **Farol de Mãe Luíza**, localizado na cidade de Natal, no bairro Mãe Luíza, pertencente ao estado do Rio Grande do Norte.



FAROL

Nesta seção você encontra informações sobre o que aconteceu e o que vai acontecer no Observatório das Desigualdades, datas importantes para as lutas contra as desigualdades e dicas culturais.

Você quer contribuir conosco divulgando atividades relacionadas às desigualdades que aconteceram e que vão acontecer? Escreva pra gente: [**observadesigualdadesufrn@gmail.com**](mailto:observadesigualdadesufrn@gmail.com)



Anota na agenda!

Datas de luta contra as desigualdades.

Março

- 08/03 - Dia Internacional da Luta pelos Direitos das Mulheres
- 14/03 - Dia Marielle Franco
- 21/03 - Dia Internacional da Luta contra a Discriminação Racial
- 25/03 - Dia Nacional do Orgulho LGBTQI+

Abril

- 17/04 - Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária
- 28/04 - Dia da Educação
- 28/04 - Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho

Maio

- 01/05 - Dia do Trabalho
- 17/05 - Dia Internacional contra a Homofobia
- 18/05 - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantil
- 28/05 - Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher



Observatório das desigualdades: aconteceu

Realização de curso sobre a revisão do Plano Diretor de Natal

Entre fevereiro e março realizamos o curso “Revisão do Plano Diretor de Natal: possibilidades e desafios para aliar planejamento governamental e enfrentamento às desigualdades”. A iniciativa foi uma parceria do Observatório das Desigualdades com a disciplina de Planejamento Governamental, do curso de Administração, ofertada por Aline Virginia Nelson e Mariana Mazzini, aliando ensino e extensão. Seu objetivo foi contribuir para a iniciação e divulgação em relação ao planejamento urbano, territorial e participativo, para o enfrentamento às desigualdades, com foco na revisão do plano diretor de Natal. Para tratar do tema, recebemos: Álvaro Pereira (Direito-UNIFESP), Simone Guerresi (Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental-Ministério da Economia e Doutoranda/Arquitetura e Urbanismo-USP), Amiria Brasil (Arquitetura e Urbanismo-UFRN e Fórum Direito à Cidade/Natal), Ion Andrade (pesquisador-Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde LAIS/UFRN e integrante da Rede Inclusão) e Pedro Marin (Fundação Tide Setubal).

Realização do evento 8M: Corpos em exposição

Na semana do 8 de março realizamos o **evento** de extensão “Corpos em exposição: a imagem das mulheres nas artes”, que teve como proposta discutir como os corpos das mulheres são retratados nas mais diversas manifestações artísticas. Na atividade, recebemos Jaqueline Castilho Machuca (Departamento de Letras/UFRN), Amanda Majuí (Coletivo Leila Diniz e artista) e Lila Gomes (artista visual). No evento foi também lançado o Relatório Anual do Observatório das Desigualdades (2020).

Publicação do Relatório Anual do Observatório das Desigualdades (2020)

Desenvolvido em 2020 e publicado no início de 2021, o nosso **relatório** anual teve como objetivo a apresentação do Observatório e fazer um balanço do primeiro ano de vida do projeto! A publicação trouxe, ainda, a primeira versão do **Glossário** das Desigualdades, contendo 26 verbetes para compreender as desigualdades e as ações públicas para seu enfrentamento.



Observatório das Desigualdades da UFRN contribui com publicações do Observatório das Desigualdades da FJP

Em mais uma parceria entre Observatórios das Desigualdades, a iniciativa da Fundação João Pinheiro (FJP) nos convidou para contribuir com um dos textos da série dedicada à desigualdade de gênero, lançada na semana do 8 de março: “Uma história sobre o trabalho e as desigualdades: conhecendo para mudar.” A FJP ainda lançou: “Gênero e violência: Viver (mulher) é perigoso” e “Desigualdade de gênero na pobreza e três pontos para seu enfrentamento”.

Lançamento de concurso de episódios para podcast sobre desigualdades de gênero e raça

Dia 25 de março aconteceu o evento “A importância de comunicar ações públicas de enfrentamento às desigualdades de raça e gênero”. Nele, foi lançado o concurso de episódios para podcast, com o tema “ações públicas para enfrentamento das desigualdades de gênero e raça”.

A iniciativa é uma parceria dos Observatórios das desigualdades da UFRN e da Fundação João Pinheiro, Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP) e Fundação Tide Setubal.

Na sequência te contamos mais detalhes sobre o concurso!

Observatório das Desigualdades: vai acontecer

Concurso de episódios para podcast sobre desigualdades de gênero e raça

Está aberta a inscrição para o concurso de episódios para o podcast “ações públicas para enfrentamento das desigualdades de gênero e raça”. A iniciativa é uma parceria dos Observatórios das desigualdades da UFRN e da FJP, ANEPCP e Fundação Tide Setubal.

Serão premiadas as dez melhores propostas, com prêmios que variam entre R\$ 200,00 a R\$8.000,00. Podem se inscrever estudantes dos cursos do campo de públicas (incluindo egressas, desde que o tenham concluído nos últimos dois anos). As inscrições vão até dia 11 de junho e devem ser feitas [clikando aqui](#), onde você encontra mais informações.

Para dúvidas: contato.concursopodcast@gmail.com



FAROL

Conversatório - 2ª edição Descomplicando Gênero

Em junho deste ano acontecerá a nossa 2ª Edição do Conversatório, com o tema “Descomplicando Gênero e Sexualidades: a contribuição dos Movimentos LGBTQI+” com o objetivo de trazer as mais diversas atrizes e atores sociais para discutir e aprofundar as reflexões em relação a gênero e sexualidades. As inscrições serão pelo SIGAA e nós vamos disponibilizar todas as informações em nossas redes sociais.

Fiquem de olho!

Dicas culturais do Observatório: para ler, ouvir ou assistir

Neste boletim, nossa dica é para ouvir! A seguir, você confere quatro podcasts interessantes para refletir sobre desigualdades e se inspirar para enfrentá-las!

Vidas negras

“No Vidas Negras, o jornalista Tiago Rogero analisa e entrelaça a trajetória e a obra de personalidades da história e da atualidade”. Os episódios que apresentam as histórias cruzadas de pessoas como Carolina Maria de Jesus, Sueli Carneiro, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Marielle Franco, Grande Otelo, dentre outras personalidades.

Rasgai

O Rasgai trouxe, durante todo o mês de março, episódios sobre desigualdade de gênero. Os temas foram: feminicídio (Karina Cardoso Meira), acesso à internet (Raquel Guimarães), trabalho doméstico remunerado (Luana Myrrha) e não remunerado (Jordana Cristina de Jesus).O podcast é produzido e editado por Ricardo Ojima, do Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDem) da UFRN.



FAROL

Cuidar, verbo coletivo

Produzido por Bruna Angotti e Regina Vieira, o podcast trata, em 10 episódios, das múltiplas dimensões da relação entre cuidado e gênero, com especial atenção ao contexto da pandemia de Covid-19.

EntreCuidados

Em 13 episódios o podcast reúne entrevistas, debates, relatos e histórias de vida envolvendo as pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, com especial atenção às pessoas com deficiência e outras diversidades. A iniciativa é coordenada por Edgilson Tavares (Universidade Federal da Bahia - UFBA) e contou com o apoio do Coletivo MAPÉ.



Realização:



Apoio:

